

# BOLETIM ANARCO-SINDICALISTA

“Nós transportamos nos nossos corações um mundo novo”- Durruti



Associação Internacional dos Trabalhadores – Secção Portuguesa

## OS RICOS CADA VEZ MAIS RICOS...

Em Portugal, o conjunto das 100 maiores fortunas foi avaliado, num estudo da revista *Exame*, em 34 mil milhões de euros, o que traduz um aumento de cerca de 36% relativamente a 2006, ano em que idêntica avaliação tinha somado 25 mil milhões.

Este facto, que poderia ser considerado insólito face à chamada “crise” da economia mundial, em geral, e da economia europeia e portuguesa, em particular, evidencia bem a tendência centralizadora e concentradora que, desde sempre, caracterizou o sistema capitalista. O desenvolvimento do capitalismo esteve sempre associado à apropriação das riquezas naturais e do produto do trabalho humano a uma escala geográfica cada vez maior (o que hoje se convencionou designar por aldeia global ou globalização da economia, como se de uma novidade se tratasse), acompanhado duma crescente concentração da riqueza (e do poder) nas mãos de uns tantos, à custa, evidentemente, do empobrecimento e da miséria da grande maioria da população mundial.

As crises periódicas que caracterizam a economia capitalista, provocadas, em grande parte, pela diminuição da sua margem de manobra (devido ao desenvolvimento tecnológico e científico) e das quais só pode sair, como temos verificado, através da destruição maciça de meios de produção, riqueza social e vidas humanas, providenciada pelas guerras (situação, hoje em dia, tornada permanente), destruição a que se segue, não só a correspondente “reconstrução”, como também as chorudas encomendas de material bélico. A “economia”, que tinha “arrefecido”, lá “aquece” de novo e assim sucessivamente... correspondendo a nova concentração do capital.

Ilustradora do papel concentrador desempenhado pelas “crises”, foi a crise das bolsas asiáticas de há alguns anos: as grandes multinacionais já tinham, como por inspiração divina, retirado os seus capitais dessas bolsas para outras, e saíram dessa “crise” ainda mais fortalecidas e livres de uns tantos concorrentes, reais ou potenciais.

Quanto a nós, explorados e deserdados em geral, transformados em párias da sociedade e em carne para canhão de guerras que não são as nossas, apenas nos resta continuar a lutar contra este sistema ignóbil na defesa das nossas condições de vida, mas com a perspectiva da sua destruição e substituição por um outro, em que não seja possível o enriquecimento de uns tantos, sempre à custa do empobrecimento dos restantes, em que possa ser garantida uma real igualdade social.

António Mota

## Os pobres cada vez mais pobres

Segundo um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (*Inquérito às Condições de Vida e Rendimento dos portugueses em 2005*), divulgado em 15 de Outubro, um quinto dos portugueses, dois milhões de pessoas, tem um rendimento inferior a 360 euros mensais, o que contrasta violentamente com o meio milhão de euros que cada administrador das empresas cotadas na Bolsa embolsou no mesmo ano, ou seja, mais de 40.000 euros por mês...

Portugal é, não só o país da UE com maior desigualdade entre ricos e pobres, mas também aquele em que o fosso que separa os ricos dos pobres mais se agrava de ano para ano.



## Os princípios do sindicalismo revolucionário (ou anarco-sindicalismo)

O sindicalismo revolucionário, baseando-se na luta de classes, tende para a união de todos os trabalhadores através de organizações económicas e de combate que lutem pela sua libertação do duplo jugo do Capital e do Estado. A sua finalidade consiste na reorganização da vida social, com base no Comunismo Libertário e mediante a própria acção revolucionária da classe trabalhadora. Considerando que apenas as organizações económicas do proletariado são capazes de alcançar este objectivo, o sindicalismo revolucionário dirige-se aos trabalhadores, na sua qualidade de produtores e de criadores de riquezas sociais, para neles germinar e se desenvolver, opondo-se, assim, aos modernos partidos operários, os quais considera sem capacidade para uma reorganização económica da sociedade.

O sindicalismo revolucionário é inimigo irreconciliável de todo o monopólio económico e social, e tende para a sua abolição através da implantação de comunas económicas e de órgãos administrativos geridos pelos trabalhadores dos campos e das fábricas, formando um sistema de conselhos livres, sem estarem subordinados nem a qualquer tipo de poder nem a qualquer partido político. O sindicalismo revolucionário ergue, contra a política do Estado e dos partidos, a organização económica do trabalho, e ao governo do homem pelo homem opõe a gestão administrativa das coisas. Por conseguinte, não é sua finalidade a conquista dos poderes políticos, mas sim a abolição de toda a função estatal na vida da sociedade. O sindicalismo revolucionário considera que, com o desaparecimento do monopólio da propriedade, deve também desaparecer o monopólio da dominação, e que toda a forma de Estado, tenha ela a cor que tiver, nunca poderá ser um instrumento de libertação humana, antes pelo contrário, sempre será criador de novos monopólios e de novos privilégios.

(continua na página 3)

# A precariedade laboral

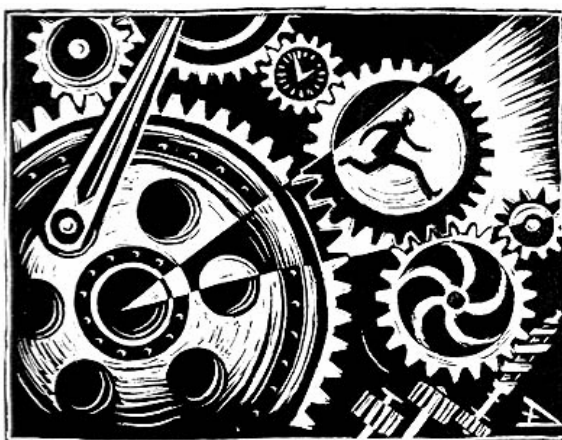
Em Portugal existe mais de um milhão de trabalhadores/as precários/as. Mas o que queremos dizer com precariedade? O que significa para a opinião pública ser um/a trabalhador/a precário/a?

As condições de precariedade em democracia são em grande medida entendidas e coladas aos contratos de trabalho e aos direitos que provêm dessa contratualização, ou seja, a força de trabalho disponível no sistema capitalista deve ser regulada por um qualquer tipo de contrato que defenda quer os direitos dos trabalhadores quer os do patronato, pelo menos em teoria, já que a realidade é muito mais dura e cruel que qualquer palavra que se diz lei.

A legislação das condições de trabalho não tem em conta que o patronato e os trabalhadores não se encontram em igualdade perante o mesmo (ainda que se defenda que o objectivo de legislar nesse âmbito tenha em conta esse antagonismo e que se legisle com esse intuito), condição essa que não é de agora mas que se intensificou com o avanço do sistema capitalista e da possibilidade de normativizar as relações laborais através da forte influência que a economia exerce sobre a acção do Estado neste domínio. Ou seja, o antagonismo entre trabalhadores e patronato é uma realidade que ultrapassa a mera contratualização do trabalho, que não depende somente das condições materiais que ambos podem retirar dessa relação. São conflitos sociais, psicológicos e se se quiser morais muito mais vastos e que têm em conta uma diferença de interesses que ultrapassa a mera direcção e gestão da força de trabalho.

A greve é apenas um desses exemplos de um direito adquirido à custa das lutas dos/as trabalhadores/as que extravasou a mera orientação

ideológica, já que, no período em que esses direitos foram conquistados, não existiam somente anarquistas ou comunistas, mas sim mais pessoas conscientes da necessidade de se lutar para derrubar o capitalismo. As condições de trabalho no princípio do século XIX não eram mais desumanas do que as de agora. Afirmar que agora se possui melhores condições de vida do que nessa época é uma realidade facilmente constatável, mas então porque se mantêm os níveis de miséria que observamos um pouco por todo o mundo? Porque é que os direitos conquistados têm vindo a ser perdidos? O que acontece actualmente é que os



capitalistas apenas aperfeiçoaram a exploração e pouco a pouco vêm retirando aos trabalhadores/as os direitos que eles/as conquistaram.

Sem dúvida que uma das grandes forças do anarco-sindicalismo e da ideologia anarquista é a sua capacidade visionária. Querer derrubar o capitalismo não por um qualquer capricho ideológico ou por uma necessidade de afirmação estatutária de poder, mas porque existia a consciência de que sem a destruição do capitalismo ou a manutenção de uma luta fora das quezílias partidárias levaria ao que hoje assistimos: uma cada vez mais sofisticada forma de exploração e repressão sobre quem trabalha e mais

ainda sobre aqueles que *não* trabalham para que o façam. É o tradicional “o trabalho faz o homem” para que nenhum fique por explorar!

Hoje em dia o capitalismo enraizou as necessidades materiais para além do respeito, da justiça e do entendimento das desigualdades e diferenças entre trabalhadores/as e patronato, o dinheiro retirou-nos a dignidade de viver e actualmente somos o que vestimos, o que comemos, o que possuímos materialmente a um nível de normatividade tal que o anátema “sou dono da minha vida” é uma metáfora envolta nas condições democráticas *de como devemos viver* e da violência imposta a diversos níveis.

O ser precário não é algo novo ou sequer uma novidade para quem trabalha e a precariedade que se liga somente às condições de trabalho é uma *precariedade* enquadrada dentro do “aceitável” pelo sistema capitalista e pelos Estados democráticos, é uma precariedade controlada e mantida dentro dos limites que os trabalhadores/as possam minimamente aceitar. É uma precariedade instalada e democratizada, entendida como mais um problema que é necessário ultrapassar para evitar conflitos sociais, a luta se existir deve ser feita dentro dos moldes do sindicalismo de colaboração com o Estado e com os patrões, em que os dirigentes sindicais devem representar os/as trabalhadores/as em sede de concertação social onde quem detém o poder o exerce mais eficazmente sobre quem não o possui. As acções de luta são controladas dentro dos parâmetros legais desvirtuando toda a acção e organização colectiva, facto que abordaremos no próximo número do Boletim.

António Marques

## Lucros da banca aumentam

Segundo o jornal *Público* de 31 de Julho, o Banif obteve, no último semestre, um resultado líquido de 47,2 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 26,4% em comparação com o mesmo período de 2006. A margem financeira do banco é agora de 127,22 milhões de euros, e em diversos proveitos líquidos em que se incluem as comissões pagas pelos clientes o aumento foi de 49,2%, atingindo 60,98 milhões de euros. Os activos sob gestão também subiram de 1563 milhões para 2095 milhões de euros.

No que concerne ao crédito concedido elevou-se a 7927 milhões de euros, no final de Julho, valor superior ao valor apresentado em 30 de Junho de 2006. O recurso ao crédito é um problema de larga escala em Portugal para muitas famílias e que corresponde a graves problemas sociais originados por um consumo desmedido em que a ponderação das reais capacidades monetárias das pessoas é ultrapassada, por exemplo, pelo apelo do status e dos desejos materiais que nos fazem esquecer

muita da exploração dos/as grandes capitalistas a que estamos sujeitos.

Outro dos bancos que aumentou os seus lucros foi a CGD dominada pelo Estado que obteve um resultado líquido de 489 milhões de euros no primeiro semestre deste ano, correspondendo a um aumento de 26% face ao mesmo período do ano passado. O produto da actividade somou 1709,5 milhões de euros, com a margem financeira a crescer ascendendo a 999,5 milhões de euros e as comissões a 185,3 milhões de euros.

## Despedimento Colectivo na Portugália/TAP

Foram despedidos 118 trabalhadores da Portugália, companhia recentemente adquirida pela TAP, e outras dezenas irão trabalhar para a transportadora com condições de trabalho muito inferiores (tanto a nível contratual como salarial). Nem o protesto em forma de marcha lenta e ruidosa de automóveis, nem as

conversações do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos com a administração da TAP demoveram a empresa de avançar com o despedimento colectivo, apesar desta ter comunicado que iria reforçar as operações em cerca de 20 por cento no Aeroporto Sá Carneiro. É fácil perceber que as fusões,

aquisições, reestruturações e demais mudanças no sector empresarial são apenas manobras que visam diminuir os custos e aumentar os lucros, sempre à custa dos trabalhadores que ficam sujeitos a piores condições laborais ou são simplesmente dispensados.

## Delphi adiou o despedimento de 524 trabalhadores para 2008

No seguimento de uma encomenda temporária da Roménia, relacionada com a produção de cablagens para a Fiat, a Delphi da Guarda decidiu adiar o despedimento de 524 trabalhadores para o próximo ano. Os despedimentos já

tinham sido comunicados em Junho, tendo sido posteriormente adiados para Setembro e Dezembro e, agora, para 2008 (100 em Maio, cerca de 400 em Julho e os restantes em Agosto). A Delphi, para a qual trabalham cerca de 1000 operários,

sente-se no direito de dispor da vida dos seus funcionários, mantendo-os por mais uns meses e contratando 177 novos trabalhadores temporários, apenas para satisfazer esta encomenda, dispensando-os assim que o trabalho estiver concluído.

## Despedimentos na Unilever

Segundo o jornal *Público* de 3 de Agosto de 2007, a multinacional britânico-holandesa Unilever, fabricante europeia de produtos de higiene e alimentação, vai despedir 20 mil funcionários durante os próximos 4 anos. Esta notícia foi apresentada pelo director executivo da própria empresa, Patrick Cescau, ao mesmo tempo que ironicamente era anunciado o lucro de 2,3 mil milhões de euros (mais 8% que em 2006) respeitante ao activo do primeiro semestre de 2007.

No total a empresa emprega 179 mil empregados em mais de 100 países e

estes despedimentos correspondem a 11% do total de trabalhadores/as que laboram no grupo com sede na Holanda.

Em Portugal a empresa possui quatro fábricas (Santarém, Abrantes e duas em Santa Maria da Azóia), no âmbito de uma união com o Grupo Jerónimo Martins que data de 1949. Contudo, ainda não existem informações concretas acerca dos países, e respectivos trabalhadores/as, que vão sofrer com estes despedimentos. A empresa afirma que o objectivo da "reorganização" do grupo visa a poupança de 1,5 mil milhões de euros por ano até

2010. Se tomarmos como exemplo o lucro do primeiro semestre deste ano, 2,3 mil milhões de euros, e se somarmos o que a empresa pretende "poupar" por ano até 2010, chegamos ao resultado surpreendente de 6,8 mil milhões de euros como mínimo que a empresa pretende obter em três anos à custa do despedimento de 20 mil trabalhadores/as!

Estas são algumas das marcas conhecidas em Portugal e comercializadas pela Unilever: caldos Knorr, chás Lipton, sabonetes Dove, desodorizante Axe, champô Sunsilk ou o detergente Cif.

# Os princípios do sindicalismo revolucionário (ou anarco-sindicalismo)

(continuação da primeira página)

O sindicalismo revolucionário tem uma dupla função a cumprir: por um lado, prosseguir a luta revolucionária quotidiana, cujo objectivo é o de melhorar as condições económicas, sociais e intelectuais da classe trabalhadora, dentro dos limites da sociedade actual; por outro lado, a de educar as massas, tornando-as capazes tanto de uma gestão independente no processo de produção e de distribuição, como de uma tomada de posse de todos os elementos da vida social. O sindicalismo revolucionário não aceita que a organização de um sistema social totalmente apoiado no produtor possa ser regulamentada por uns meros decretos governamentais; afirma, sim, que essa organização apenas poderá ser realizada através da acção comum de todos os trabalhadores, manuais e intelectuais, em cada ramo de indústria, através de uma gestão feita pelos próprios trabalhadores nos locais de trabalho, de modo a que cada agrupamento (fábrica ou ramo de indústria) seja um membro autónomo dentro do organismo económico geral, organizando a produção e a distribuição

segundo um plano determinado por meio de acordos mútuos que tenham em vista os interesses da comunidade.

O sindicalismo revolucionário opõe-se a todas as tendências de organização inspiradas no centralismo do Estado e da Igreja, uma vez que apenas servem para prolongar a própria vida do Estado e da autoridade e para sufocar sistematicamente o espírito de iniciativa e de independência de pensamento. O centralismo é a organização artificial que submete os chamados órgãos de base aos chamados órgãos de cúpula, colocando nas mãos de uma minoria a regulamentação de assuntos que dizem respeito a toda a comunidade e transformando o indivíduo num autómato cujos gestos e movimentos são dirigidos. Na organização centralista, os valores da sociedade são submetidos aos interesses de apenas alguns, a variedade é substituída pela uniformidade, a responsabilidade pessoal por uma disciplina unânime. É por esta razão que o sindicalismo revolucionário assenta a sua concepção social numa ampla organização

federalista, isto é, numa organização construída de baixo para cima, na união de todas as forças a partir de ideias e de interesses comuns.

O sindicalismo revolucionário reconhece a necessidade de organizar a produção de forma a não causar danos ao meio ambiente, reduzindo ao mínimo a utilização de recursos não renováveis, utilizando, sempre que possível, alternativas renováveis. O sindicalismo revolucionário identifica a procura do lucro, e não a ignorância, como a causa da actual crise do meio ambiente. A produção capitalista, para sobreviver, procura sempre conseguir lucros cada vez mais elevados, através da minimização dos custos, sendo incapaz de proteger o meio ambiente. Concretamente, a crise mundial da dívida externa acelerou a tendência para a produção agrícola comercial, em detrimento da agricultura de subsistência, o que provocou a destruição das selvas tropicais, a fome, as doenças. A luta para salvar o nosso planeta e a luta pela destruição do capitalismo ou são conjuntas ou fracassarão ambas.

(continua na página 4)

(continuação da página 3)

O sindicalismo revolucionário afirma-se partidário da acção directa, e sustém e impulsiona todas as lutas que não estejam em contradição com as suas próprias finalidades. Os seus métodos de luta são: a greve, o boicote, a sabotagem, etc. A acção directa encontra a sua mais profunda expressão na greve geral, a qual deve igualmente ser, do ponto de vista do sindicalismo revolucionário, o prelúdio da revolução social.

Inimigo de toda a violência organizada, seja por que tipo de governo for, o sindicalismo

revolucionário tem em conta que, durante as lutas decisivas entre o capitalismo de hoje e o comunismo livre de amanhã, se produzirão violentíssimos confrontos. Por conseguinte, aceita a violência que se possa usar como meio de defesa contra os métodos violentos que as classes dominantes hão-de pôr em prática, quando o povo revolucionário lutar pela expropriação das terras e dos meios de produção. Como esta expropriação só poderá ser iniciada e levada a cabo através da intervenção directa das organizações económicas revolucionárias dos trabalhadores, a

defesa da revolução deve igualmente encontrar-se nas mãos dos organismos económicos e não nas mãos de uma organização militar, ou semelhante, que se desenvolva à margem deles.

É unicamente nas organizações económicas e revolucionárias da classe trabalhadora que se encontra a força capaz de realizar a sua libertação e a energia criadora necessária para a reorganização da sociedade com base no comunismo libertário.

in *Estatutos da AIT*

## ALEMANHA

### Fábrica de bicicletas em Nordhausen ocupada e em autogestão

Desde 10 de Julho, os 135 trabalhadores da fábrica BYKE SYSTEMS GMBH, em Nordhausen, ocuparam a fábrica permanentemente, com três turnos de vigilância para impedir o fecho, desmantelamento e venda da empresa. Esta é propriedade da empresa americana LONE STAR, que pretende encerrá-la definitivamente e formalizou o seu encerramento em 10 de Agosto.

Os trabalhadores da BYKE SYSTEMS decidiram, então, repor a fábrica a funcionar por sua própria conta e estão a conseguir atingir o seu primeiro objectivo, visto terem já obtido encomendas de largas centenas de bicicletas e estarem em condições de produzir e entregar 1800 bicicletas até ao fim do mês de Outubro.

De notar que muito contribuiu para este primeiro êxito a campanha de solidariedade com os trabalhadores da BYKE SYSTEMS, que teve eco na imprensa e na TV alemãs e entretanto se alargou a outros países, para a qual foi decisivo o apoio que a FAU (secção alemã da A.I.T.) deu a esta luta, desde o seu início.

Para informações mais detalhadas, consultar a página da Internet: [www.strike-bike.de](http://www.strike-bike.de)



## O anarco-sindicalismo

O anarco-sindicalismo mantém vivo o espírito revolucionário entre as massas operárias. Exercita-as e treina-as, através do combate voluntário, consciente e directo, no desenvolvimento das suas próprias iniciativas, ao mesmo tempo que contribui para a sua capacitação e máxima preparação, para que, sobretudo, possam vir a assumir conscientemente, prescindindo de qualquer partido político, as suas responsabilidades na autogestão directa da nova sociedade a construir e a organizar, uma sociedade livre, justa e solidária. Nessa nova sociedade, suprimidas as classes e com a ajuda de todos os progressos científicos e técnicos, procurar-se-á proporcionar, a todos e a cada um, através do trabalho e do esforço, individual e colectivo, o máximo de bem-estar e de segurança, com um imprescritível, intocável e inalienável respeito pela liberdade e pela personalidade de cada ser humano, objectivo primordial coincidente com o anarquismo.

O anarco-sindicalismo não pretende ser um fim em si, nem criar uma nova ideologia social predominantemente sindicalista. Também não pretende assumir total e globalmente a representação e a administração da nova sociedade, nem moldá-la de forma uniforme e imutável. A sua concepção do comunismo anárquico está viva, aberta ao futuro e às várias modalidades susceptíveis de aplicação, sempre aperfeiçoáveis, desde que tenha uma base essencialmente libertária.

(excerto do capítulo "Anarco-sindicalismo", do folheto *O que é a AIT?*, editado pela AIT-SP em Junho de 1999)

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:

Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal

E-mail: [aitport@yahoo.com](mailto:aitport@yahoo.com)



Director e Proprietário: Paulo da Mota Capitão Ferreira  
Sede legal: R. Cândido dos Reis, nº 121, 1º Dto. - Cacilhas

Tiragem: 300 exemplares

Nº de registo da publicação: 121176